

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.189, DE 2024

Dispõe sobre a triagem auditiva neonatal.

Autora: Deputada IZA ARRUDA

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei cuja finalidade é disciplinar e tornar obrigatória a realização gratuita da triagem auditiva neonatal, em todos os hospitais e maternidades, nas crianças nascidas em suas dependências.

A autora da proposta justifica sua iniciativa ao argumento de que:

A lei do teste da orelhinha prevê ainda a realização do exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (EOAE) em todos os recém-nascidos, mas já se sabe que esse exame falha nos casos de perdas auditivas retrococleares, que ocorre com bastante frequência associados a algum indicador de risco para deficiência auditiva.

Além disso, já se sabe hoje que alterações vestibulares (que afetam o equilíbrio da pessoa) estão frequentemente (20 a 85% dos casos, conforme o estudo) associadas às perdas auditivas. Tal fato é facilmente explicável, pois as estruturas da orelha média e interna são responsáveis tanto pela audição quanto pelo equilíbrio.

Existe muita dificuldade no diagnóstico de alterações vestibulares, na população infantil, só ocorrendo no mais das vezes em por volta dos 5 a 6 anos de idade, quando já existem diversos comprometimentos ao desenvolvimento infantil. É preciso ressaltar que o sistema vestibular é o responsável pela



coordenação dos movimentos da cabeça e dos olhos, permitindo deixar a imagem nítida na retina e promover ajustes da cabeça e do corpo em relação à gravidade, para manter a postura ereta, além de contribuir para a motricidade e a locomoção.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Saúde; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão, com base no disposto na alínea “i” do inciso XXIX do art. 32 do Regimento Interno, pronunciar-se sobre matérias relativas à família, ao nascituro, à criança e ao adolescente;

De plano, vale ressaltar que a matéria objeto do projeto em epígrafe relaciona-se com o tema da criança, portanto, cabe a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito da reforma legislativa.

Passemos, portanto, a análise do mérito da proposição.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 7º, determina que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

É nesse sentido, pois, que aponta a proposição em destaque. Com efeito, a reforma legislativa está de acordo com os fundamentos principais



do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que visa a proteção integral e o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes no Brasil. Ao determinar a realização da triagem auditiva neonatal em todos os hospitais e maternidades, o projeto assegura que o direito à saúde, garantido pelo ECA, seja efetivado desde os primeiros dias de vida, proporcionando diagnóstico precoce e tratamento adequado a crianças com deficiência auditiva.

Ressalte-se que o projeto, ao assegurar a realização do teste da orelhinha e outros exames complementares, como o Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico (PEATE) e o Potencial Miogênico Evocado Vestibular (VEMP), que detectam não apenas a deficiência auditiva, mas também disfunções do equilíbrio, contribui para o desenvolvimento neurológico, motor e social da criança, possibilitando um tratamento mais adequado.

É relevante notar que crianças que nascem com deficiência auditiva muitas vezes enfrentam dificuldades de aprendizagem e socialização que podem afetar toda a sua vida. A intervenção precoce, proporcionada pelo projeto, viabiliza a inclusão dessas crianças, permitindo que recebam suporte e estímulos apropriados desde cedo, de modo que possam desenvolver habilidades linguísticas e cognitivas em igualdade com as demais. Essa intervenção precoce é de extrema valia, porquanto evita problemas mais graves e onerosos ao sistema de saúde a longo prazo. Saliente-se que metade dos casos de deficiência auditiva poderia ser prevenida e seus impactos reduzidos se a intervenção ocorresse de forma precoce.

Portanto, o Projeto de Lei da Triagem Auditiva Neonatal é uma iniciativa que reforça o compromisso do Estado com a promoção da saúde infantil e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes, em sintonia com os princípios do ECA e em prol de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Face ao exposto, votamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.189, de 2024.

Sala da Comissão, em 12 de novembro de 2024.





Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

2024-15895

Apresentação: 12/11/2024 17:48:30.620 - CPASF
PRL 1 CPASF => PL 3189/2024

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242739072500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro

